

#### LEI Nº 1.131/2009

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2010.

O Prefeito Municipal de Dianópolis, Estado do Tocantins no uso pleno das prerrogativas constitucionais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

#### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

- Art. 1º Esta lei orça a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício de 2010, no valor global de R\$ 30.800.805,65 (TRINTA MILHÕES, OITOCENTOS MIL, OITOCENTOS E CINCO REAL E SESSENTA E CINCO CENTÁVOS), envolvendo os recursos de todas as fontes, compreendendo:
  - 1 Orçamento da Seguridade Social;

#### CAPÍTULO II

## DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

- Art. 2º- Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social serão detalhados, em seu menor nível, através dos Elementos da Despesa detalhados no Anexo ao decreto que acompanha esta Lei Orçamentária.
- § 1º- Na programação e execução dos orçamentos fiscal e de seguridade social será utilizada a classificação da despesa por sua natureza, onde deverão ser identificadosa categoria econômica, o grupo da despesa, a modalidade de aplicação e o elemento.
- § 2º- O chefe do poder executivo deverá estabelecer e publicar anexo ás normas de execução do orçamento a classificação das despesas mencionada no parágrafo anterior
- Art. 3º A receita é orçada e a despesa fixada em valores iguais a R\$ 30.800.805,65 (TRINTA MILHÕES, OITOCENTOS MIL, OITOCENTOS E CINCO REAL



#### E SESSENTA E CINCO CENTÁVOS),

Parágrafo único - Incluem-se no total referido neste artigo os recursos próprios das autarquias, fundações e fundos especiais.

A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, transferências e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente e das especificações constantes no anexo, de acordo com o seguinte desdobramento

ESPECIFICAÇÕES		VALORES
I - RECEITA DO TESO	OURO 1 - RECEITAS CORRENTES	21.353.505,65
	<ul> <li>1.1 - Receita Tributária</li> <li>1.2 - Receita de Contribuições</li> <li>1.3 - Receita Patrimonial</li> <li>1.4 - Receita Agropecuária</li> <li>1.5 - Receita Industrial</li> <li>1.6 - Receita de Serviços</li> <li>1.7 - Transferências Correntes</li> <li>1.9 - Outras Receitas Correntes</li> </ul>	1.952.700,00 240.000,00 37.740,00 4.000,00 10.000,00 7.000,00 18.986.065,65 106.000,00
	2 - RECEITAS DE CAPITAL	11.235.700,00
	<ul> <li>2.1 - Operações de Crédito</li> <li>2.2 - Alienações de Bens</li> <li>2.3 - Amortização de Empréstimos</li> <li>2.4 - Transferências de Capital</li> <li>2.5 - Outras Receitas de Capital</li> </ul>	241.000,00 0,00 0,00 10.994.700,00 0,00
I - RECEITAS RETIFICADORAS DO FUNDEB		(1.788.400,00)
	RECEITAS TOTAL	30.800.805,65

Art 4° - A despesa, no mesmo valor da receita é fixada em R\$ 30.800.805,65 (TRINTA MILHÕES, OITOCENTOS MIL, OITOCENTOS E CINCO REAIS E SESSENTA E CINCO CENTÁVOS), assim desdobrados:

I - no Orçamento Fiscal, em R\$ 30.800.805,65 (TRINTA MILHÕES, OITOCENTOS MIL, OITOCENTOS E CINCO REAIS E SESSENTA E CINCO



Rua Jaime Pontes 256 - Centro - CEP 77.300-000 TELEFONES: 63 3692 2005 - 63 3692 2427



#### CENTÁVOS)

Art. 5º - A despesa será realizada com observância da programação constante dos quadros que integram esta lei, apresentando o seguinte desdobramento

**ESPECIFICAÇÕES** 

**VALORES** 

I - RECURSOS DO TESOURO

1 - DESPESAS CORRENTES	20.815.105,65
2 - DESPESAS DE CAPITAL	9.985.700,00
3 – SUPERAVIT	1.250.000,00

**DESPESA TOTAL: 30.800.805,65** 

# IV - RECURSOS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

01.11 - CÂMARA MUNICIPAL 02.10 - GABINETE DO PREFEITO 03.10 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	1.400.000,00 553.000,00 E PATRIMÔNIO
1.241.000,00 04.10 - SECRETARIA DE FINANÇAS 05.10 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL 06.10 - SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAN	560.000,00 2.572.070,00 IENTO
1.420.670,00 07.10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 08.10 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 09.10 - SECRETARIA DE OBRAS E TRANSP	4.708.085,65 7.977.200,00 PORTES
4.514.800,00 10.10 - SECRETARIA DE ESPORTES 11.10 - ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO 12.10 - SECRETARIA DA CULTURA, TURISI	628.000,00 72.300,00 MO E MEIO AMBIENTE
2.221.500,00 13.10 - SECRETARIA DA JUVENTUDE 14.10 - SECRETARIA DA INDUSTRIA, 1.412	2.750,00
15.10 - CONTROLE INTERNO 16.13 - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DOS SEI 150.000,00 Total das Unidades	60.000,00 RVIDORES DE DIANÓPOLIS 30.800.805,65

Parágrafo único - Integram o Orçamento Fiscal os recursos orçamentários à conta do Tesouro Municipal, destinados a transferências às empresas a título de





aumento de capital, subvenção econômica e prestação de serviços.

Art. 6º - Ficam aprovados os orçamentos das entidades autárquicas, fundacionais e fundos especiais do poder executivo em importância iguais para a receita orçada e a despesa fixada, aplicando-se-lhes as mesmas regras e autorizações destinadas à administração direta por força desta lei.

## CAPÍTULO III DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES

Art. 7º- Fica o Poder Executivo autorizado a, excluídos os casos previstos nesta lei, abrir créditos suplementares, até o limite de 70% (setenta por cento) sobre o total da despesa nela fixada.

## CAPÍTULO IV DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Art. 8º - Fica o poder executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação da receita ate o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da receita orçada constante do art. 3º desta lei.

## CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- Art. 9º Fica o poder executivo autorizado a estabelecer normas complementares pertinentes a execução do orçamento e, no que couber, adequá-lo as disposições da constituição do município, compreendendo também a programação financeira para o exercício de 2010.
- Art. 10° Ficam agregados aos orçamentos do município os valores e indicativos constantes ao anexo a esta lei.
- Art. 11º Todos valores recebidos pelas unidades da administração direta, autarquias, fundações e fundos especiais deverão, para sua movimentação, ser registrados nos respectivos orçamentos.

Parágrafo único - Excluem-se do disposto neste artigo os casos em que por força de lei, normas especiais ou exigências do ente repassador, o registro deva ser feito através do grupo extra-orçamentario.





Art. 12°. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Dianópolis, Estado do Tocantins, aos 21 días do mês de dezembro de 2009.

José Salomão Jacobina Aires Prefeito Municipal